

O discurso como instrumento de dominação

Discourse as an instrument of domination

Márcia Valéria Paixão¹; Luis Gabriel Abravanel dos Santos²

¹ Graduada em Letras; graduada em Administração de Empresas, Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e doutoranda em Administração, linha de Inovação em Empreendedorismo pela Universidade Positivo.

² Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Brasil (2007)
Professor com enquadramento livre do Instituto Monitor Curitiba, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a utilização do discurso como instrumento de dominação. Para isso, foi escolhido um evento de repercussão nacional, o Mensalão, e, baseando-se nos pressupostos da teoria crítica, buscou-se identificar elementos contraditórios entre a prática política e o discurso que defende essa prática, tendo o próprio discurso demonstrado tal contradição. Primeiramente, discorre-se sobre a teoria crítica e os principais elementos que a compõem; em seguida, comenta-se sobre as diversas perspectivas do discurso. Discute-se, na sequência, acerca do conceito, do nível de análise, do foco do estudo e do argumento explicativo do discurso sob a perspectiva crítica. Posteriormente, é feita a relação entre discurso e práxis sob a perspectiva crítica. Segue-se a contextualização da crise do mensalão e, finalmente, a metodologia, na qual alguns trechos do depoimento do então deputado Roberto Jefferson, que foi publicado em sua íntegra no *Jornal O Estado de S. Paulo*, em 13 de setembro de 2005, são investigados por meio da análise do conteúdo e relacionados com a teoria previamente exposta.

Palavras-chave: Discurso. Dominação.

This article aims to analyze the use of discourse as an instrument of domination. To this end, an event that had nationwide repercussion was chosen, the 'Mensalao Scandal', and based on the theoretical presuppositions of the critical theory, we tried to identify the contradictory elements between the political practice and the speech that

advocates such a practice, having the speech itself shown such a contradiction. Firstly, we discuss the critical theory and the main elements which it is made up of. Then, we comment on the concept, the level of analysis, the study focus, the explanatory argument of the speech from a critical perspective. Later on, the relation between speech and praxis is done. from a critical perspective. The contextualization of the Mensalao crisis follows and, finally, the methodology, in which some excerpts of, the then congressman Roberto Jefferson's statement published in its entirety in the newspaper O Estado de São Paulo, on 13 September, 2005, are analyzed by means of content analysis and related to the theory previously shown.

Key-words: Discourse. Domination.

A teoria crítica

A teoria crítica vem recebendo cada vez mais destaque, nas últimas décadas, nos estudos organizacionais. Sobretudo, é utilizada para se compreender as diferentes formas de controle e o mundo do poder, dentro das organizações, que impactam diretamente o cotidiano das pessoas.

Segundo Brooner (1997), a teoria crítica não pode ser considerada um sistema nem é redutível a qualquer tipo de prescrição. A maioria dos grandes autores dessa corrente procurou utilizar o ensaio como veículo estilístico. Além disso, possui um caráter interdisciplinar, com discussões que abordam temas diversos, como filosofia, estética, política, antropologia, teologia e história, entre outros.

A teoria crítica não pode ser relacionada a qualquer “escola” ou tendência, devido ao seu caráter fluido, e a sua importância depende de sua disposição a questionar e enfrentar velhas suposições do ponto de vista de novas condições. Desde o início, os seus autores procuraram explicitar a abolição da injustiça social, tendo um compromisso com a sociologia do conhecimento e a “crítica da ideologia” (BROONER, 1997).

Segundo Faria (2004), a teoria crítica pretendia “denunciar a repressão e controle social a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia”. Não oferece apenas uma alternativa para o entendimento de como a produção humana se relaciona com os desejos, conflitos e potenciais, mas também é uma forma para se desenvolver habilidades e novas visões, bem como para se pensar de forma lógica e criativa, diferenciando-se do pensamento canonizado.

Para Ogbor (2001), a premissa básica da teoria crítica é “promover o desenvolvimento da consciência humana, e sua emancipação, oferecendo uma forma de conhecimento que é multidimensional”.

A escola de Frankfurt é considerada o berço da concepção da teoria crítica, mesmo essa corrente não sendo uma unidade dentro da escola. O grupo do Instituto Social, do qual faziam parte autores como Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, From e Pollock, diferenciava-se dos fundamentos adotados por Habermas, que, mesmo seguindo as linhas definidas pelo grupo, não se baseava nos fundamentos marxistas da Escola de Frankfurt. Seus teóricos se destacaram por criticarem o nazismo, do qual foram vítimas, assim como o totalitarismo, que se introduziu na União Soviética por meio de Stalin (FARIA, 2004).

Segundo Brooner (1997), Theodor Adorno e Max Horkheimer tornaram-se os principais pensadores e representaram os pilares acadêmicos da teoria crítica. São considerados os únicos continuadores reais dos trabalhos de Walter Benjamin, inventor da dialética negativa. Adorno procurou separar a relação entre a teoria e prática, quase beirando a sua desintegração, e fez a ligação entre a imanência e a transcendência parecer mais tênue.

Horkheimer considerava que, para se compreender o mundo, deveríamos partir do marxismo, porém incorporando-o a outros saberes, o que resultaria no

materialismo interdisciplinar.

Uma das novidades propostas por esse autor foi a tentativa de compatibilizar Marx e Freud, questão que se tornou altamente importante nos anos 1930 e que nos dias atuais merece destaque no campo dos estudos organizacionais (FARIA, 2004).

Brooner (1997) por outro lado, mostra-nos que a teoria crítica, na realidade, foi inaugurada anteriormente, por um grupo de pensadores heterodoxos que estava associado à ala esquerda do movimento comunista: o chamado marxismo ocidental. Esses pensadores podem ser considerados muito mais que simples precursores da Escola de Frankfurt, uma vez que tinham forte influência do método dialético e procuravam se opor ao materialismo mecanicista e a todas as formas históricas de interpretação, além de darem importância à tradição idealista do marxismo, buscando a consciência e a superação da alienação.

Entre os principais autores, podemos destacar Karl Korsch, George Lukács, Antonio Gramsci e Ernst Bloch. De maneira individual, podemos considerar que a produção de Gramsci era caracterizada por ser sugestiva, Lukács era prolixo, abrangente e sofisticado, Bloch, por sua vez, era altamente dramático e Korsch seguia uma perspectiva coerente e inerentemente autocrítica sobre o marxismo, orientado por uma clara noção radical de democracia proletária (BROONER, 1997).

A respeito da dialética de Marx, podemos considerar que, na sua concepção, é a mesma da de Hegel, porém Marx censurava o fato de que, na visão hegeliana, a dialética é consciência e nela permanece. Para o materialismo marxista, a natureza comporta dois estados: a matéria e a consciência, e tudo o que existe na natureza é concreto, real. O mundo é material e os seus múltiplos fenômenos se relacionam e se condicionam de maneira recíproca, sendo diferentes os aspectos da matéria em movimento.

Marx deu sua grandiosa contribuição em relação ao método dialético, pois

passou a utilizar o conceito da totalidade, considerando a situação histórica em que o conhecimento de si significa, simultaneamente, o conhecimento correto de toda a sociedade. Isso é possível, pois a dialética é o único método que pode apreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento. Esse pensador reprovava o conhecimento hegeliano, por este ser simplesmente um conhecimento acerca de uma matéria, e não um autoconhecimento dessa matéria, que é a sociedade humana (LUKÁCS, 1981).

Sobre essa questão, Meyer-Emerick (2004) nos diz que, de acordo com a teoria crítica, as pessoas são dominadas por uma falsa consciência que é perpetuada pelo capitalismo, o qual procura preservar a hegemonia do seu poder. Se as pessoas começarem a enxergar as contradições entre a construção social do mundo e sua experiência de vida, essa condição é entendida. Para se manter o controle e a dominação, resultados do capitalismo, é necessário um reforço constante, pelos capitalistas, que são considerados os donos do poder.

Diante desse enfoque, a Economia Política do Poder nos estudos organizacionais, sob a ótica da teoria crítica, ganha importância; em especial para a realização do presente estudo. Essa abordagem procura valorizar o sujeito coletivo mais do que as organizações em que trabalham, buscando esclarecer em que medida as instâncias ocultas – que são encontradas nos bastidores das organizações, nas relações subjetivas e no inconsciente individual, e manifestas por meio dos sistemas de regras e das estruturas – dão conteúdo às configurações do poder e do controle nas organizações (FARIA, 2004).

Para Faria (2004), é necessário revelar como as organizações definem seus mecanismos de poder e de controle, tanto de maneira clara e objetiva como nos chamados *porões*, de forma (inter)subjetiva, com seus paradoxos e contradições. É necessário ir além de uma simples análise, do “dito pelo não dito”, como dizem Pucci,

Almeida e Lastória (2009).

Como um bom exemplo do uso da teoria crítica nos estudos organizacionais tem-se o trabalho de Ogbor (2001), que procurou analisar as mudanças organizacionais sob o prisma da perspectiva crítica. Como principais conclusões do estudo, observa-se que a teoria crítica capacita-nos a analisar e evitar conclusões incorretas em relação a práticas gerenciais que costumeiramente não são questionadas. Auxilia-nos também no que diz respeito a questionar o papel da organização e sua responsabilidade para com a comunidade, além de rejeitar modelos imperialistas existentes, a dominação e a imposição cultural e criar formas de emancipação.

Perspectivas do estudo do discurso

Para Mumby e Clair (1997) e Keenoy e Oswick (1998), é importante a busca de uma integração entre os estudos organizacionais e as abordagens discursivas, pois é por meio do estudo do discurso que os atores organizacionais constroem suas visões de mundo, suas significações, suas representações sobre a organização, ordenam seus valores, coordenam comportamentos, estabelecem e reforçam seus papéis e vínculos com a organização. Para Ballalai (1989, p. 61), “o discurso da administração se faz, [...] com significados explícitos ou latentes”. Para esse autor, a análise de tais significados poderá trazer contribuições para melhor precisar os conceitos de administração, principalmente pelo fato de esse discurso não ser um discurso acabado, fechado ou concluído.

De acordo com Grant et al. (2004), o termo *discurso organizacional* pode ser

compreendido como uma coleção estruturada de textos presentes nas práticas simbólicas (assim como em uma grande diversidade de representações visuais e artefatos culturais), sejam orais ou escritas, que compõem a realidade organizacional

e os elementos a ela relacionados (e que são a partir dela construídos), na medida em que são produzidos, disseminados e consumidos. Isso não significa que as organizações sejam somente discurso, mas que “o discurso é o principal meio pelo qual os membros da organização criam uma realidade social coerente que estabelece o sentido de quem eles são” (MUMBY; CLAIR, 2004, p. 181). Porém, Benfatti e Mazuroski Jr. (2011) ressaltam que, nos estudos dos discursos organizacionais, é necessário demonstrar o papel da individualidade e das idiossincrasias cognitivas envolvidas na efetivação da comunicação em organizações. Para esses autores, é necessário levar em conta a evolução dos mecanismos cognitivos envolvidos na produção cultural humana, assim como o comportamento conformista, que está relacionado a uma perspectiva individual perante os fatos comunicativos.

As divergências no campo de estudo dos discursos organizacionais se apresentam relativamente estruturadas em quatro abordagens diferentes: gerencialista, crítica, interpretativa, e estruturacionista. Os autores utilizam basicamente quatro aspectos para diferenciá-las: o conceito de discurso, o nível de análise, o foco do estudo e o argumento explicativo. O presente trabalho julga a abordagem crítica a mais adequada a este estudo, a base a partir da qual será delineada a proposta de pesquisa. Mumby e Clair (1997) discorrem sobre a difusão de abordagens mais críticas, para as quais a organização é mais que um lugar onde significações culturais são compartilhadas, mas onde diferentes grupos competem para produzir uma visão de mundo que se torne dominante.

Conceito, nível de análise, foco do estudo e argumento explicativo do discurso sob a perspectiva crítica

Em relação ao conceito de discurso, a abordagem crítica entende que os discursos estão presentes nas relações de poder e conhecimento de uma sociedade, constituindo as identidades dos sujeitos e as estruturas de dominação (HERACLEOUS; HENDRY, 2000; HERACLEOUS; BARRET, 2001).

Em relação ao nível de análise, Heracleous e Hendry (2000) consideram que a ênfase da perspectiva crítica privilegia a dimensão estrutural. A unidade de análise é sempre coletiva e jamais individual. Metodologicamente, é incorreto começar a análise social com base em fatos isolados.

Seguindo o mesmo princípio, agora em relação ao foco do estudo e ao argumento explicativo empregado, os autores críticos enfocam os aspectos de poder, explicando o fenômeno por meio de uma visão monológica, que distingue um grupo social dominante (HERACLEOUS; BARRETT, 2001; PHILLIPS; HARDY, 2002; MUMBY; CLAIR, 2004). Phillips e Hardy (2002) acrescentam que os autores críticos relacionam o discurso com a dinâmica do poder e da ideologia. Segundo os críticos, as sociedades são estratificadas em grupos e classes sociais distintos, sendo a sociedade um produto da luta de classes. A sociedade de classes se mantém pela força e/ou pela ideologia, pois os processos sociais são contraditórios e dialéticos.

Faria e Meneghetti (2001, p. 220) argumentam que:

...todo discurso esconde uma rede simbólica de relações de dominação

ideológica e de poder. Cada palavra expressa no ambiente organizacional está, de alguma forma, sendo monitorada e classificada. Todo discurso que destoa da sinfonia organizacional é reprimido, não necessariamente através de punições coercitivas explícitas aplicadas pela direção central da organização, mas através dos grupos internos, do controle psíquico da ideologia.

A perspectiva crítica, em contexto nacional, conta com os artigos de Carrieri (1998), que analisam o discurso da estratégia organizacional como um dos discursos dominantes da modernidade, com base na proposta foucaultiana. Peci e Vieira (2004), também baseados em Foucault, pretendem incluir as categorias do discurso e do poder na perspectiva institucionalista. Olivo e Misoczky (2003), por sua vez, apontam que as estratégias discursivas são utilizadas para esconder a lógica economicista das propostas de desenvolvimento sustentável. Já Faria e Meneghetti (2001) discorrem sobre a maneira como os discursos organizacionais operam como instrumentos para a manutenção e a disseminação da ideologia dominante.

Contextualização da crise do mensalão

O escândalo do mensalão, ou esquema de compra de votos de parlamentares, é o nome dado à crise política sofrida pelo governo brasileiro do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos anos de 2005 e 2006. O neologismo *mensalão*, popularizado pelo então deputado federal Roberto Jefferson, em uma entrevista que deu ressonância nacional ao escândalo, é uma variante da palavra "mensalidade", usada para se referir a uma suposta "mesada" paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Segundo o ex-deputado, o termo já era comum nos bastidores da política, entre os parlamentares, para designar essa prática ilegal (VEJA, 2005a).

A palavra "mensalão" foi então adotada pela mídia para se referir ao caso. A primeira vez que a palavra foi grafada em um veículo de comunicação de grande reputação nacional ocorreu no jornal Folha de São Paulo, na matéria do dia 6 de junho de 2005.

A palavra, tal como ela é, foi utilizada também na mídia internacional, sempre acompanhada de uma pseudotradução. Em espanhol foi traduzida como "*mensalón*" e em inglês como "*big monthly allowance*" (grande pagamento mensal) e "*vote-buying*" (compra de votos) (VEJA, 2005c).

Por conseguinte, a crise do mensalão envolveu não somente o escândalo provocado pela denúncia de compra de votos (o mensalão propriamente dito), mas todos os escândalos juntos, os quais, de uma forma ou de outra, se relacionam.

Tais escândalos, na verdade, exprimem a questão do poder na política. Como fundamentado anteriormente, a questão do poder, segundo a teoria crítica, aborda necessariamente a questão da dominação e do controle. Segundo Roberto Jefferson, em entrevista concedida á Folha de São Paulo em 28 de agosto de 2005, o operador do mensalão seria o empresário Marcos Valério de Souza, cujas agências de publicidade, SMP&B e DNA, têm contatos de trabalho com muitos órgãos públicos. A divulgação da entrevista de Jefferson aprofunda a crise no governo brasileiro e o escândalo passa a ser conhecido como escândalo do mensalão. Posteriormente, já como ex-deputado, Jefferson deu um depoimento, realizado no Congresso Federal, o qual foi transcrito integralmente pela Revista *Veja* em 15 de setembro de 2005.

Nesse contexto, o presente artigo visa analisar a utilização do discurso como instrumento de dominação por meio do discurso do ex-deputado Roberto Jefferson. O fato de a teoria crítica visar o estudo da separação e a oposição do indivíduo em

relação à sociedade como resultante histórica da divisão de classes confirma a sua tendência para a crítica dialética da economia política e o controle imposto à classe política, no sentido de que defender os ideais da classe dominante é vital para a permanência da dominação política (VEJA, 2005b).

Desse modo, no presente artigo pretende-se encontrar, por meio da análise de conteúdo, elementos que possam identificar a presença de mecanismos de controle impostos à classe política, que favoreçam os interesses dominantes da sociedade, sustentados pelos detentores do poder. Também será analisada a discrepância entre o discurso e a prática, na qual os interesses individuais acabam prevalecendo, pois a ética dos pequenos delitos é incorporada pelos mecanismos de controle. Para isso, será analisada a defesa do ex-deputado Roberto Jefferson no Congresso Federal.

Metodologia e análise de dados

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório de corte transversal. Os dados foram coletados através da “íntegra da defesa feita pelo então deputado Roberto Jefferson”, publicada no jornal Estado de São Paulo, edição de 13 de setembro de 2005.

Foi realizada uma análise documental desse relatório transcrito, cuja técnica utilizada foi a de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1994), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para esta autora, a análise documental é considerada uma operação, ou um conjunto destas, que objetiva representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, posteriormente, a sua consulta e referência.

Para isso, Bardin (1994) sugere os seguintes passos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Triviños (1987) acrescenta que a análise de conteúdo é utilizada para investigar e desvendar as ideologias que podem existir em dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., e que em um primeiro momento não se apresentam com a devida clareza. O presente trabalho não conta com a parte quantitativa da análise do discurso, mas apenas com a parte qualitativa, em razão da subjetividade do tema.

Foram selecionados os seguintes trechos do depoimento de defesa concedido pelo ex-deputado Roberto Jefferson, publicado integralmente no *Jornal O Estado de S. Paulo*, na edição de 13 de setembro de 2005, nos quais as premissas da dialética e da teoria crítica puderam ser melhor observadas. Na sequência, um breve comentário sobre cada conteúdo foi descrito abaixo de cada item analisado:

[...] esse meu avô Ibrahim, naturalizado brasileiro, chegou do Líbano no início do século passado. Ele lia o jornal e dizia assim para a gente: "meu neto, atrás de toda manchetonada escandalosa tem um interesse maior e mais escandaloso. O jornal que vive de manchete escandalosa, de libelos, quer acertar sempre com o Governo. Quanto mais panfletária é a manchete, maior é o cheque que vão sacar no banco oficial" [...].

[...] se o relatório dele (Relator do Conselho de Ética) condiz com o sentimento do povo do Brasil, da mídia nacional, do que está dito hoje aqui no Congresso. Duas CPMIs foram instaladas: a CPMI dos Correios e a CPMI do Mensalão. E o Relator da Comissão de Ética diz que não existe mensalão. Devo dizer ao Relator que essa só contaram para você. Segundo, ter feito as denúncias para tirar de si mesmo o foco das acusações. Mesquinha a colocação, pequena, da altura de um homúnculo [...].

[...] o Parlamento não pode sair de joelhos disso. Quando fui eleito Deputado Federal, ganhava líquido 11 mil dólares, em torno de 30 mil reais por mês. Isso em 1982. Hoje, um Deputado ganha 8 mil reais. Trinta mil é a diferença do "mensalão". E essa elite que paga a mídia nos coloca de joelhos para isto: para que não tenhamos independência para votar contra eles.

Considerando os trechos apresentados, pode-se perceber o papel da mídia como mecanismo de ocultação das contradições presentes nas relações dialéticas entre classes sociais na disputa pelo poder.

O ex-deputado afirma que a elite é quem paga a mídia, que por sua vez defende seus interesses de classe. Faria (2004) diz que existem três tipos de elites: a intelectual, a gerencial e a burocrática.

Todas fazem parte de uma classe dominante que visa garantir sua permanência no poder.

Pareto (1984) sustenta a ideia de que há circulação nas elites, que é a transição entre indivíduos da elite e da não elite, sendo que uma é substituída por outra. Tal movimento dialético faz com que a elite dominante elabore modos de perpetuação de sua condição dominante. De acordo com o trecho analisado, percebe-se a intenção da elite não só de manutenção da sociedade em classes sociais, mas também em amenizar a circulação de elites, fazendo com o que o grupo presente continue dominante. Desse modo, o controle da mídia e até o próprio mensalão surge como um amenizador de circulação de elites.

O controle econômico estabelecido por meio do mensalão sustenta a dominação política de uma classe, além de ter como objetivo manter uma unidade na qual uma classe se constitui dominante (POULANTZAS, 1977).

No caso do Governo Lula, ficou claro um processo de circulação de elites, na qual dirigentes oriundos da classe trabalhadora deixam de ser salvadores para se tornarem parte da elite oligárquica. No controle da mídia, descrito no trecho do discurso de Jefferson, percebe-se uma tendência de preservação de interesses dessa “nova” elite. Para Michels (1968), é esperado que, após um período de combates pelo

poder entre grupos com interesses diferentes, a nova classe dominante acabe por se mesclar à velha classe dominante, que por sua vez cede lugar a novos opositores. Para se defender de tais opositores e dissimular esse conflito contraditório, o controle da mídia é justificado. Desse modo, o discurso repassado pela mídia é uma rede simbólica de relações na qual é visada uma dominação ideológica e de poder.

[...] o Relator (da CPI dos Correios) tem coragem de dizer que eu quis tirar o foco de cima de mim mesmo. Oh! Relator, tive uma árdua tarefa, conversei, está ali o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, que esteve comigo lá em casa, e pediu-me que eu assumisse. Um delegado diligente faria um inquérito independente e encerraríamos a situação política. Não pediu em nome do Governo, mas em nome pessoal. E eu disse: "Chinaglia, não posso acreditar no Governo porque o Governo não tem palavra. Em você eu creio, mas no Governo não" [...].

Todos os dias, eles investigam-me e não conseguem fazer uma acusação contra minha honra e minha dignidade. Se tiver de sair daqui, saio de cabeça erguida, com o sentimento da missão cumprida [...]. Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus, mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o campo majoritário do PT.

Analisando-se o texto anterior, percebe-se que há interesses individuais no processo de dominação, sendo que o interesse comum é sempre assimétrico. Nesse sentido, de acordo com Jossop (1996. p. 342), “Não é o interesse geral que contém todos os interesses assimétricos”.

Durante o processo de circulação de elites já descrito, não é de surpreender que ocorram opositores no processo de substituição de uma elite “velha” por uma elite “nova”. Tais opositores, como fica claro no discurso do ex-deputado, pretendem incorporar um tom de denúncia das contradições evidentes, pois os interesses a serem denunciados não satisfazem individualmente a todos os indivíduos dessa “elite”. Porém, ao mesmo tempo em que é feita tal denúncia, o discurso dos denunciantes se distancia da prática que eles próprios exercem. Percebem-se

comportamentos que não condizem com as divulgações explícitas, como intrigas, fuga de diálogo aberto e manipulação. O ex-deputado se defende de tais contradições evidentes ressaltando sua conduta como correta. Além disso, o não dito tem uma grande importância no entendimento das contradições existentes no discurso e na prática. Pode-se perceber em tal trecho o esforço do relator citado em preservar o não dito, além de um esforço do ex-deputado em ressaltar o que não foi dito sobre ele; argumentando assim, sua dignidade está preservada.

[...] estou vendo que o Zé (José Dirceu) está começando a ser escanteado lá pelo jornal (O Globo) que já percebeu que ele não é mais poder [...].

[...] O Globo dizia que o Lula era o maior Presidente do mundo. Qual era a condição que eu tinha de denunciar isso? Eu busquei, pela via do entendimento, tentar colocar um ponto final nisso. Disse ao próprio Presidente: "Presidente, o Delúbio vai botar uma bomba debaixo da sua cadeira. Esse mensalão é um escândalo".

Eu nunca vi uma coisa igual na minha história parlamentar. Se o Relator fica ofendido com a palavra mensalão, seus ouvidos pios se ofendem, chame de que quiser, "bimensalão", "trimestralão", mas essas transferências constantes de recursos para alugar os partidos da base aliada tinham de acabar[...].

[...] Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Presidente Lula promoveu — e este é o Governo mais corrupto que testemunhei nos meus 23 anos de mandato — o mais escandaloso processo de aluguel de Parlamentar. Escolheu o Ministro José Dirceu como uma espécie de Jeane Mary Corner (Risos.), o rufião do Planalto para alugar prostitutas, que ele entendia poder fazer na Câmara dos Deputados. Tratou esta Casa como se fosse um prostíbulo. Aliás, sempre conversou nesse sentido. As conversas com ele sempre começavam neste nível, as festas, para depois ficar na antessala do Presidente, do jeito que ele queria conduzir, de maneira antirrepublicana.

Nesses trechos selecionados, fica claro o papel do poder e do discurso ideológico como instrumento de dominação, no qual o governo brasileiro atual utiliza-se de todas as formas para garantir e se perpetuar no poder. Ao mesmo tempo, percebe-se uma luta dentro da própria elite dominante para definir quem seriam os

principais líderes e articuladores políticos. No caso do ex-ministro José Dirceu, ele acabou perdendo o *status* de um dos principais representantes dessa elite, pois, com a perda do seu poder, passou a não mais interessar ao sistema.

Paralelamente, o depoente desmascara o mensalão, que foi um dos principais instrumentos para que o Estado conseguisse agregar as diferentes ideologias partidárias, utilizando-se do pagamento de propinas para garantir apoio e sustentação política, tendo em vista que a proposta do governo atual seria a de se manter no poder a qualquer custo. Esse é um dos problemas centrais que a Economia Política do Poder procura abordar, pois, segundo Faria (2004), procura esclarecer as instâncias ocultas que operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual.

Dessa forma, fica claro que a ala governista realmente utiliza-se das conversas de bastidores, como nas festas citadas por Jefferson, nas quais decisões importantes são tomadas. Posteriormente, essas conversas são apenas formalizadas nas ditas reuniões no Palácio da Alvorada.

Quarta acusação que me faz o relatório: ter-se omitido e não revelar o mensalão assim que soube. O Relator (da CPI dos Correios) está de brincadeira. Fiz peregrinação. Ao José Dirceu, como Ministro Chefe da Casa Civil, falei isso uma 10 vezes [...].

[...] Essa cúpula desonrou a confiança que lhe foi depositada pelo Presidente Lula. Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão.

Segundo o depoente, a omissão foi a estratégia escolhida para a ala governista justificar as acusações de pagamento de propina, pois, mesmo sabendo de toda a articulação corrupta existente no congresso, negou-se a abrir qualquer tipo de inquérito, afinal, era a principal beneficiada de todo o processo. A omissão pode ser considerada um mecanismo de controle, dentro da perspectiva da teoria crítica, pois conforme Faria (2004), é preciso revelar em que medida as organizações definem seus

mecanismos de poder e de controle, incorporando o que não pode ser dito e o que se reproduz em seus porões, com seus paradoxos e contradições. Fica claro que os donos de poder não medem esforços para se utilizar de instrumentos coercitivos, lançando mão, muitas vezes, da ameaça para garantir a sua estabilidade política. Ainda segundo Faria (2004), um regime político, assim como qualquer organização, busca reduzir o tanto quanto possível as situações imprevistas.

Rasgaram o discurso da política econômica, e a única coisa que o nosso Presidente Lula sustenta é que a política econômica está dando certo. E a social que os proxenetas de partido, os rufiões de sonhos, os cafetões da dignidade do Congresso, ofereceram ao povo do Brasil? Onde está a ética, a moralidade? O PT não rouba e não deixa roubar. Ouvia isso da cúpula do partido. Rouba, mas rouba sozinho. E rouba muito.

O rei está ficando sozinho no tabuleiro. Já queimou os peões, está perdendo a base, está queimando as torres, os cavalos, os bispos. Não duvido da mão do Governo empurrando para o pelotão de fuzilamento o Severino porque não acredite o PP que o PT, quando elogia, está dando a mão. Vivi esse processo lá em casa: o Presidente Lula elogiando-me e o Zé Dirceu cravando a faca nas minhas costas. Um alisava-me e outro me espancava [...].

Nesses trechos, observa-se que o governo utiliza-se do discurso tradicional, fundamentado em uma ideologia partidária de governar com e para a classe trabalhadora. Existe, de uma maneira subjetiva, uma forma de coação implícita, onde os dominados (o povo) submetem-se aos seus dominantes de maneira indireta e sutil. Há uma submissão emocional, na qual, aparentemente, o próprio proletariado está participando ativamente do governo por meio da figura de um presidente oriundo das classes sociais mais baixas, o qual representa a grande maioria da população sofrida e trabalhadora do povo brasileiro. O que se viu posteriormente ao processo das CPIs foi a própria quebra da imagem igualitária e social do PT, que hoje sofre um processo de profunda reconstrução de seus papéis perante a sociedade.

O autoritarismo é outro instrumento fortemente utilizado pelos governantes,

pois, conforme Faria (2004), remete à ideologia como um sistema de ideias utilizado pelas classes dominantes para iludir as classes dominadas e justificar o seu poder. Além disso, enxerga-se a política como uma função reservada a somente uma casta de políticos, que detém o poder de decidir pelo futuro do país, priorizando primordialmente essa luta de classes e a permanência no poder.

CONCLUSÃO

De acordo com o caso estudado, percebeu-se que a perspectiva crítica compreende as organizações como arenas, onde há o enfrentamento contraditório de múltiplos discursos que tentam mudar, controlar e homogeneizar as práticas organizacionais e seus significados, bem como pasteurizar visões de mundo historicamente construídas, como uma fonte indispensável na criação de uma realidade social (REED, 1998; FARIA; MENEGETTI, 2001).

Ainda sobre a relação entre discurso e prática organizacional sob a perspectiva da teoria crítica, Cohen (2003) e Faria (2004) ressaltam diferenças entre ambos, as quais podem ter duas explicações. A primeira se refere ao fato de que o discurso, por ser ideológico, estar no campo das ideias, é mais propenso a sofrer mudanças do que a prática. A segunda diz respeito à dissociação entre discurso e prática, visto que a prática promete o paraíso, o que seria uma situação ideal e utópica. Sendo assim, ocorre a contradição entre o interesse da classe dominante e os interesses da classe dominada, assim como entre o discurso e a prática (BENFATTI; MAZUROSKI, 2011).

A prática discursiva e as relações que a fundamentam e justificam são o reflexo de uma ordenação que distingue os fatos sociais e lhes confere identidades. Ainda, as práticas discursivas não são imunes a outros discursos ou a outras práticas (HOLMER-NADESAN, 1996). Na rede de relacionamentos organizacionais, as práticas e os

discursos são inscritos por outros, significando que cada discurso é influenciado por outros discursos. Desse modo, é relevante lembrar que um “discurso não se constitui sozinho, isolado, mas [...] em interação com outros discursos [...]. O discurso só existe enquanto interdiscurso, interação de discursos” (FARIA, 1999, p. 18). As significações pertinentes às culturas da organização se manifestam na rede de relacionamento discursiva organizacional, formada pelo relacionamento entre os discursos das pessoas, dos grupos, da alta administração, entre outros.

Por fim, pode-se encontrar inúmeros paradoxos nos quais o discurso se distancia da prática: autoritarismo e preconceito, injustiça e autopreservação, subordinação ética e competitividade, o conformismo, a desvalorização humana e a autodepreciação.

Percebem-se comportamentos que não condizem com as divulgações explícitas, como preconceitos, intrigas, fuga de diálogo aberto e manipulação, por exemplo.

Tais atitudes não são raras e constituem a ética dos pequenos delitos.

REFERÊNCIAS

BALLALAI, R. Notas e subsídios para a Análise do Discurso: uma contribuição à leitura do discurso da administração. **Forum Educational**, v. 13, n. 1-2, p. 56-80, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BENFATTI, M. F. N. ; MAZUROSKI JR, A. Epidemiologia do Assujeitamento em Discursos Organizacionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABRALIN, 2011. p. 540-553.

BROONER, S. E. **Da teoria crítica e seus teóricos**. São Paulo. Papyrus, 1997.

CARRIERI, A. de P. Pesquisa sobre estratégia: do discurso dominante à uma nova narrativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAO, 1998. 1 CD-ROM.

COHEN, D. **Os dilemas da ética**. Exame, São Paulo, v. 37, n. 10, p. 5-43, maio 2003.

FARIA, A. A. M. de. **Sobre o Germinal: Interdiscurso, Intradiscursos e Leitura**. 219 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FARIA, J. H.; **Economia Política do Poder: Fundamentos**. Curitiba, Juruá, 2004. v. 1.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Discursos organizacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.1 CD-ROM.

GRANT, D. et al. Introduction: organizational discourse: exploring the field. In: GRANT, D. et al. **Handbook of organizational discourse**. London: Sage, 2004. p. 136.

HERACLEOUS, L.; BARRETT, M. Organizational change as discourse: communicative actions and deep structures in the context of information technology implementation. **Academy of Management Journal**, v. 44, n. 4, p. 755-778, 2001.

HERACLEOUS, L.; HENDRY, J. Discourse and the study of organization: toward a structural perspective. **Human Relations**, v. 53, n. 10, p. 1251-1286, 2000.

HOLMER-NADESAN, M. Organizational identity and space of action. **Organization Studies**, Berlin, v. 17, n. 1, p. 49-81, 1996.

KEENOY, T.; OSWICK, C. (Ed.). **Discourse and Organization**. London: Sage, 1998. p. 15-30.

LUKACS, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

MEYER-EMERYCK, N. Biopolitics, dominance, and Critical Theory. **Administrative Theory and Praxis**, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2004.

MUMBY, D. K.; CLAIR, R. P. Organizational discourse. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **Discourse as Social Interaction**. London: Sage. 1997. p. 181-205.

MUMBY, D. K.; CLAIR, R. P. Organizational discourse. In: DIJK, T. **A Discourse as social interaction**. 5. ed. London: Sage, 2004. p.181-205.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: 13 set. 2005.

OGBOR, J. O. Critical Theory and the hegemony of corporate culture. **Journal of Organizational Change Management**, v. 14, n. 6, p. 590-608, 2001.

OLIVO, V. M. F.; MISOCZKY, M. C. As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., 2003, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

PARETO, V. (O Individual e o Social" e "Tratado de Sociologia Geral [excertos]) Tradução de R. R. Cunha. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Pareto: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F. A construção do real e práticas discursivas: integrando a dimensão do poder nos processos de institucionaliz(ação). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. **Discourse analysis: investigating processes of social construction**. London: Sage, 2002.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PUCCI, B.; ALMEIDA, J.; LASTÓRIA, L. A. C. N. *Experiência formativa e emancipação*. São Paulo: Nankin Editorial, 2009.

REED, M. Organizational analysis as discourse analysis: a critique. In: GRANT, D.; KEENOY, T.; OSWICK, C. (Ed.). **Discourse and organization**. London: Sage, 1998. p. 193-213.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed. 1905, 18 maio 2005.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed.1906, 26 maio 2005.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed.1908, 9 jun. 2005.